

RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NA AMÉRICA DO NORTE APÓS A INVASÃO EUROPEIA

INDIGENOUS RESISTANCE IN NORTH AMERICA AFTER THE EUROPEAN INVASION

RESISTENCIAS INDÍGENAS EN AMÉRICA DEL NORTE DEPUÉS DE LA INVASIÓN EUROPEA

Caroline Aguida Fiori¹

Resumo

O presente artigo visa estudar as inter-relações encetadas entre os colonizadores europeus e os povos nativos americanos do Norte. Como hipótese, acredita-se que a resposta à colonização, pelos nativos, nem sempre foi de aceitação e passividade. Pretende-se analisar a bibliografia especializada sobre o tema, que demonstre a complexidade das relações originais entre estes povos. Assim, aprofunda-se o conhecimento da experiência colonizatória da América do Norte, bastante negligenciada pela historiografia brasileira — inclinada ao estudo da história local.

Palavras-chave: Nativos americanos. América do Norte. Colonização.

Abstract

This scientific article aims to study the interrelations initiated between European colonizers and the Native American population of the North. As a hypothesis, it is believed that the response to colonization by the natives was not always of acceptance and passivity. It is intended to analyze the specialized bibliography on the subject, demonstrating the complexity of the original relations between these peoples. Thus, the knowledge of the North American colonization experience is deepened, primarily neglected by Brazilian historiography — inclined to study local history.

Keywords: Native Americans. North America. Colonization.

Resumen

El presente estudio pretende estudiar las interrelaciones iniciadas entre los colonizadores europeos y los pueblos nativos de América del Norte. Como hipótesis, se cree que la respuesta de los nativos a la colonización no fue siempre de aceptación y pasividad. Se pretende analizar la bibliografía especializada sobre el tema, que demuestre la complejidad de las relaciones originarias entre esos pueblos. De esa manera, se profundiza en el conocimiento de la experiencia colonizadora de América del Norte, escasamente tratada por la historiografía brasileña — inclinada al estudio de la historia local.

Palabras-chave: Nativos americanos. América del Norte. Colonización.

1 Introdução

Tradicionalmente, a experiência colonizatória europeia na América é retratada como empreitada que levou ao domínio de massa humana amorfa denominada “indígena” ou “nativo americana”. Afirma-se que a superioridade técnica, as doenças importadas e a promoção de rivalidades locais determinaram a submissão dos “indígenas”, que, quase passivamente,

¹ Graduanda em História pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: carolfiori@hotmail.com.

testemunharam a destruição dos modos de vida tradicionais, em homenagem à adoção dos modos de produção e de reprodução dos ocidentais.

No entanto, tal perspectiva parece padecer de simplificação excessiva. Em primeiro lugar, porque os “indígenas” não constituem um bloco monolítico de pessoas; em verdade, a própria cizânia — aproveitamento de rivalidades locais — revela divisão no tratamento que os nativos opuseram aos europeus recém-chegados. Em segundo lugar, cogita-se que as resistências indígenas foram distintas a depender do grupo étnico afetado. Não se pode afirmar, peremptoriamente, que houve repulsa à colonização europeia, tampouco se pode asseverar, sem maior análise, que a pretensa superioridade técnica importada assegurou fácil domínio e erradicação das culturas pré-existentes. Por fim, há que se indagar sobre os povos indígenas que sequer tiveram contato com os colonizadores europeus.

Com base nessas hipóteses, o presente artigo científico procura, mediante análise bibliográfica de referencial selecionado, descrever as manifestações de resistência dos principais povos indígenas no que, contemporaneamente, denominamos continente americano do Norte. Não há, entretanto, pretensão de esgotamento do catálogo de etnias nativo-americanas. Busca-se tão somente testar as hipóteses acima delineadas; deseja-se descobrir se houve unicidade na reação indígena norte-americana ou se houve distintas formas de colaboração e de repulsa. Ademais, pretende-se demonstrar a riqueza das diferentes etnias “ameríndias” antes da chegada dos colonizadores europeus de fins do século XV. O recorte geográfico sobre a América do Norte se explica pela relativa ausência de bibliografia em língua portuguesa sobre a reação dos povos nativo americanos daquela região, motivo pelo qual a descrição das resistências das etnias originais merece atenção.

Conquanto haja literatura nacional sobre o tópico, os principais autores para o desenvolvimento do artigo foram Brogan (2001), Luebering (2011) e Sutton (2017). O grau de detalhamento, especialmente do penúltimo livro, é bastante superior ao encontrado na historiografia brasileira, quiçá reflexo do maior volume de documentos históricos disponíveis aos autores de língua inglesa, herdeiros culturais do domínio colonial da América do Norte.

Conceitualmente, as divisões apresentadas se basearam no conceito de “etnia” apresentado pelo dicionário Oxford. Significa nação ou grupo particular de pessoas que dividem a mesma tradição cultural. Essa tradição, obviamente, pode ser atestada pelos membros do próprio grupo ou pode ser reconhecida por observadores externos, que chegam ao ponto de reunir todos os nativos da América em um único grupo de “ameríndios”. As divisões interétnicas, aqui adotadas, levaram em conta ambas as perspectivas — de dentro e de fora do grupo — conforme reconhecido em Luebering (2011).

O trabalho se insere na Linha de Pesquisa *Intersecções: Língua, Cultura, História e Tecnologias*. Ela pretende analisar as diferentes sociedades ao longo do tempo. Exige-se, ainda, apreciação crítica e reflexiva. A redação busca satisfazer essas demandas ao demonstrar a variabilidade das sociedades ameríndias antes do domínio europeu. Em termos críticos, apresenta hipótese que combate certa narrativa que pretende unidade “ameríndia”.

2 Causas da expansão ultramarítima europeia

Para alguns autores, a expansão europeia sobre as Américas, a África e a Ásia no final do século XV foi o início da globalização tal como a concebemos hodiernamente (ARRIGHI, 1996)². Existem indícios de contatos esparsos entre povos de culturas consideradas muito distintas, mas a distinta natureza qualitativa das empreitadas colonizadoras europeias é reafirmada por bastantes referências teóricas. Com efeito, a colonização europeia ensejada entre os séculos XV e XIX se deu por intermédio de poucos exploradores, os quais lograram assentar posse efetiva sobre extensas áreas terrestres separadas por alguns oceanos.

Indaga-se quais foram os fatores que teriam levado povos europeus a se aventurarem no além-mar, especialmente nos territórios contemporaneamente denominados americanos. A literatura histórica ressalta os principais aspectos. Em primeiro lugar, a centralização governamental, que culminaria na formação do Estado Moderno, teve um papel fulcral (BROGAN, 2001)³. Países como Portugal consolidaram Estado sob governo legítimo, unívoco, o que concentrou capital e recursos humanos necessários para qualquer ímpeto expansionista.

Em segundo lugar, buscava-se rota alternativa para acesso de mercados asiáticos, como o chinês e o indiano (BROGAN, 2001)⁴. As rotas do Mediterrâneo eram concorridas e de custoso acesso; vias marítimas alternativas eram buscadas na Península Ibérica.

Em terceiro lugar, a fé cristã desempenhou importante função (SILVA, 1987)⁵. A difusão da fé católica era fator considerável para que fossem assentadas missões colonizatórias em territórios longínquos, ocupados por populações racialmente e linguisticamente estranhas para os padrões europeus (SCHWARCZ; STARLING, 2015)⁶. Menos conhecida no Brasil, é

² O historiador econômico Giovanni Arrighi nota que o primeiro grande “ciclo sistêmico de acumulação do capital” se deu a partir de Gênova, justamente no século XV, o que principiaria a corrida pela expansão das rotas comerciais.

³ “First must be mentioned the new European state system, with its built-in tendency to conflict”.

⁴ “In 1492, Isabella the Catholic, Queen of Spain, sent out a Genoese sailor of eccentric genius to find a westward route to the Indies, as he was sure he could. Instead he found the islands of the Caribbean”.

⁵ Segundo a autora, um forte aliado foram as igrejas que serviam de suporte para o projeto de colonização.

⁶ A Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1534, reuniu indígenas em aldeamentos e promoveu catequeses massivas. Anos depois, Paulo III reconheceria os indígenas como humanos dignos de catequese, por meio de bula papal.

igualmente verdadeira a tese, segundo a qual, a fé protestante desempenhou papel de relevo para a colonização da América do Norte.

Por fim, a competição entre recém-consolidados Estados europeus também é ponto considerável. Havia receio de que os Estados colonizadores pioneiros consolidassem posições no exterior e lograssem a criação de genuínos impérios, dotados de recursos materiais e humanos suficientes para que representassem ameaça externa aos Estados atrasados. Para alguns autores, inclusive, o atraso no ímpeto colonizador italiano, alemão e japonês justifica parcialmente a eclosão das guerras mundiais, especialmente da Segunda Guerra, a mais mortífera, em que a disputa por “espaço vital” foi o discurso legitimador dos esforços do Eixo contra os Aliados — que contavam com Impérios consolidados — russo, francês e britânico (FERGUSON, 2015)⁷.

O esforço ultramarítimo europeu não se limitou ao continente americano; em verdade, a colonização foi operada mundo afora. No entanto, para efeitos deste trabalho, enfatiza-se o contato inicial que povos pré-colombianos tiveram com povos europeus. Por contato inicial, entende-se aquele realizado especialmente entre fins do século XV e o século XVIII. Obviamente, as populações que remanesceram desconhecidas à época podem, porventura, ser citadas para fins descritivos.

3 Povos indígenas na América do Norte e suas manifestações de aceitação ou de resistência

Como havia acontecido com outras partes da América, o esforço colonizatório sobre a América do Norte foi impulsionado pela rivalidade das potências europeias. Não apenas a Inglaterra, que se tornou dominante nesse espaço geográfico a ponto de sofrer com a Guerra de Independência dos Estados Unidos (DIVINE, 1992), participou da empreitada. A princípio, houve expedições colonizadoras da Espanha, França, Inglaterra e, em menor medida, da Rússia, Holanda e Portugal, embora estes dois últimos dois Estados tenham logo abandonado a corrida (SUTTON, 2017).

No entanto, as diligências dos colonizadores tinham fins distintos — o que já denota que as teses generalistas sobre anseios dos europeus são frágeis. Franceses e russos buscavam extrair recursos naturais e procuravam se valer dos indígenas para lograr mão de obra; não havia genuíno anseio sobre a propriedade imobiliária. Em contraponto, os ingleses enfatizaram o domínio da propriedade sobre a terra, sendo o trabalho indígena uma questão secundária

⁷ Na década de 1930, tanto Alemanha quanto Itália e Japão sofriam com alta densidade populacional. Haushofer, discípulo de Ratzel, destacava que esses países naturalmente deveriam buscar recursos naturais alhures.

(SUTTON, 2017). Para os súditos britânicos, a América do Norte representava a possibilidade de redução dos altos índices de desemprego; de “exportação” dos “elementos indesejados”, como criminosos, para longe; de garantia de propriedades imobiliárias inacessíveis, na Europa, para o cidadão pauperizado. Por essas razões, a experiência inglesa acarretou maior presença de imigrantes norte-americanos em comparação aos demais experimentos (FURTADO, 1987)⁸.

A interação com os povos locais foi bastante heterogênea. Variou, naturalmente, a depender de qual potência europeia entrava em contato com específicas etnias locais, que apresentavam práticas culturais bastante distintas (DAVIDSON, 2016). Com efeito, o que se hodiernamente considera “indígena” era dividido em mais de trezentos dialetos distribuídos do Atlântico ao Pacífico (KARNAL, 2007).

Relatos de violência dos ingleses contra os nativos (constam da historiografia (GRANT, 2014). O impacto mais negativo, entretanto, deu-se pela disseminação de doenças, como o sarampo e a gripe (KARNAL, 2007), que também fulminaram nativos americanos na parte meridional do continente. Nesse aspecto (BROGAN, 2001)⁹, a história americana parece, realmente, apresentar traço comum (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2012)¹⁰: as enfermidades inéditas no continente causaram clara mortandade, o que auxiliou, ainda que não intencionalmente, a consolidação do domínio europeu sobre o solo americano.

Cabe perquirir, a partir de agora, como os diversos grupos étnicos lidaram com os invasores europeus. Quer-se investigar se o relacionamento pode ser sumarizado em luta física pela sobrevivência ou se houve relação de cooperação e de respeito mútuo. Como já aventado, o objetivo não é esgotar a diversidade dos nativos norte-americanos, mas demonstrar que o tratamento genérico que lhes é dispensado é potencialmente equivocado.

4 Os diferentes relacionamentos com os invasores

Se existem linhas gerais para a colonização da América do Norte, pode-se apontar a dependência inicial dos europeus sobre os recursos alimentares dos nativos (SYRETT, 1980) e o natural estranhamento inicial que a população local teve ao se deparar com os invasores. De resto, as diferenças abundam.

⁸ É clássica a asserção segundo a qual a América do Norte experimentou colonização de “povoação” ao passo que os latino-americanos experimentaram colonização de “exploração”. Embora passível de críticas, o intuito migratório dos ingleses está fora de questionamento.

⁹ “The Pilgrims had to suffer: agony followed their arrival, an agony which did not abate until 1625, when Bradford tells us, the settlers first tasted ‘the sweetness of the country’. But in some respects, they were lucky. The winter was mild for the region, and the Indians, having been immensely reduced in number by a plague, were less dangerous than those of Virginia”.

¹⁰ Em 1529, o sarampo dizimou as Pequenas Antilhas. Em 1545, o tifo atacou a Nova Espanha. O auge da mortalidade pela doença estava relacionado aos períodos de preços altos de alimentos – a queda da imunidade facilitava a ação do patógeno.

J. E. Luebering (2011) fez extenso relato descritivo das várias etnias indígenas da América do Norte. Seu trabalho apresenta bastantes mais agrupamentos do que os apresentados neste artigo, motivo pelo qual o recomendamos para efeitos de aprofundamento. Feita essa ressalva, trabalha-se, na sequência, o escopo deste artigo: demonstrar que a variabilidade étnica determinou distintos tipos de relacionamento com o invasor.

Próximo ao Ártico, os esquimós e os *aleuts* foram os povos dominantes antes do contato com os europeus. Estes últimos travaram contato com os russos em meados do século XVIII e foram fisicamente destruídos por caçadores russos e siberianos. Neste caso, a relação de domínio foi cristalizada pela conjunção entre violência física e imposição do instituto jurídico da servidão, presente entre os russos: os *aleuts* trabalhavam para assegurar suprimentos de pele. Seus modos tradicionais de vida foram basicamente erradicados. Para piorar a situação, no século XIX, quando o Alasca passou a ser considerado alvo de exploradores de ouro, houve impacto ainda maior na colonização europeia (LUEBERING, 2011).

Experiência menos traumática (e, talvez, menos “tradicional”) se deu com os Chipewyan. Essa tribo, pertencente ao atual norte do Canadá, funcionou como entreposto comercial. Havia forte demanda por peles de animais; cientes dessa necessidade europeia, os Chipewyan traziam produtos obtidos em tribos mais interioranas — nomeadamente, os Dogrib e os Facas-Amarelas — para os britânicos. Neste caso, a relação de dominação não foi explícita, tanto que o impacto mais significativo à tribo ocorreu por conta do surto de varíola em 1781 (LUEBERING, 2011). Ainda, essa tribo era considerada violenta — impressão que os europeus não tiveram sobre os canadenses Awokanak, supostamente “tímidos” e “pacifistas”.

Essa diferenciação entre “propensos à guerra” e “propensos à paz” se deu, também, pelos próprios conflitos existentes entre as populações nativas da América do Norte. Em outras palavras, não havia “*pax americana*” entre os nativos: os Iroquois, grupo extenso que abrangia os famosos Cherokees, entravam em guerra constante com os Huron. Assim como ocorreu na denominada América Latina, os europeus na América do Norte se aproveitaram da cizânia para angariar apoiadores contra inimigos comuns (BROGAN, 2011)¹¹. Essas rixas eram mais comuns do que o preconceito rousseauiano do “bom selvagem” poderia supor, tanto que os Cherokees e os Tuscaroras entravam em combate constante na busca de prestígio, conquanto fossem tribos pertencentes ao grande grupo dos Iroquois. Em outras palavras, havia até mesmo conflito armado intratribal. Outro exemplo de guerra indígena, fora do contexto de colonização europeia, aconteceu entre os Moicanos e os Mohawk, quem já estavam em luta quando os

¹¹ “Luckily for the intruders, the tribes were commonly happy to fight each other”.

holandeses os contataram (LUEBERING, 2011). Nesse sentido, a introdução do elemento europeu foi mais um aspecto no jogo de tabuleiro pré-existente na América do Norte, tanto que há registros de guerras que opunham os nativos Creek, aliados aos britânicos, contra os nativos Apalachee, aliados aos espanhóis (LUEBERING, 2011).

Com efeito, nota-se que o “ameríndio” não foi elemento passivo, servil ou simpático aos europeus — quase como se fosse personagem inocente traído pelos invasores dominados por lógica protocapitalista. Essa narrativa, comumente difundida em material didático do ciclo básico brasileiro, mereceria alguma ressalva ou esclarecimento. Não que não tenha havido manifestações de desprezo e de soberba por parte dos europeus, assim como visto acima no caso dos *aleuts* e assim como registrado por Brogan (2011), quem compilou vários adjetivos negativos atribuídos aos nativos pelos invasores de outro continente¹². Entretanto, é equivocado se render às soluções narrativas absolutas – nem os ameríndios eram dóceis e vitimizados, nem esses mesmos ameríndios foram aguerridos em igualdade de armas com os europeus. Com efeito, Lévi-Strauss (1976, p. 60) registrava, dentre povos considerados “dominados” ou civilizadamente “atrasados”, distinções intertribais entre sociedades “excelentes”, “perfeitas”, “boas” e outras compostas de “macacos terrestres” ou de “ovos de piolho”.

Quiçá a grande prova dessa heterogeneidade resida na figura dos tratados realizados entre algumas etnias locais e alguns nacionais europeus. Em 1620, os Wampanoag fizeram tratado de paz com os peregrinos (na língua inglesa, *pilgrims*). A figura do tratado, embora distante do conceito atualmente existente em Direito Internacional Público, claramente denotava alguma relação de horizontalidade e de respeito. Este acordo foi longamente respeitado, até que denúncias de maus-tratos chegaram ao líder indígena Metacom. Ciente da violação dos termos pelos imigrantes europeus, os Wampanoag buscaram coalizão de forças com outros grupos indígenas para que houvesse expulsão dos elementos brancos. Estes reagiram com virulência e asseguraram o quase extermínio dos Wampanoag e dos Narragansett (LUEBERING, 2011). Note-se que as relações eram amistosas e economicamente estáveis até que o jogo de forças passou por relevante mudança: os europeus, à época do rompimento do pacto, já não mais apresentavam a mesma dependência que tinham sobre os métodos tribais de produção e de sobrevivência. O ponto mais interessante, contudo, reside no fato de que a resistência Wampanoag não se limitou a assistir ao fortalecimento do poderio europeu. Buscou alianças intertribais em nome da própria sobrevivência, embora tenha ultimamente fracassado.

¹² “The Anglo-Americans had a long list of savory adjectives and nouns for the Indians: for example, besotted, childish, cruel, degraded, dirty, diseased, drunken, faithless, gluttonous, insolent, jealous, lazy, lying, murdering, profligate, stupid, thieving, timorous, uncivilizable, vindictive, worthless; barbarians, demons, heathen, savages, varmints (vermin)”.

Outros tratados cuidaram de aspectos fundiários, caros especialmente aos ingleses. Os Cherokee fizeram tratados (Sycamore em 1775 e New Echota em 1835) de cessão e de alienação de terras para tentar assegurar algum marco normativo do próprio interesse.

Pode-se cogitar que os tratados foram meros simulacros de um incontestável domínio anglo-saxônico. No entanto, demonstram que os colonizadores estrangeiros não estavam em plena situação de domínio, tanto que os já independentes estadunidenses tiveram que buscar a confecção do Primeiro Tratado de Fort Laramie (1851) com o povo Sioux para apaziguar conflitos territoriais.

Claramente, portanto, a experiência colonizatória europeia na América do Norte foi largamente heterogênea. Ela perpassou situações de claro e franco domínio através da violência, até situações em que soluções negociadas quase tratavam o povo indígena negociador como um Estado europeu em igualdade de condições.

5 Conclusão

Este artigo científico não pretende esgotar a descrição dos povos ameríndios que habitavam a América do Norte à época das primeiras colonizações europeias ensejadas no século XV. Tampouco pretende exaurir as reações das diversas etnias quando tiveram o primeiro contato com o elemento europeu.

Buscou-se demonstrar, entretanto, que a narrativa simplista — segundo a qual o europeu pré-capitalista dizimou o indígena amigável — não condiz com a realidade. Trabalhou em especial o subcontinente americano do Norte, pois a experiência colonizadora naquela região não tem grande apreço dos historiadores latino-americanos, motivo pelo qual boa parte da doutrina pesquisada teve de encontrar socorro na literatura em língua inglesa.

Ao longo da redação, buscou-se destacar que a diversidade dos povos colonizadores — não foram apenas os ingleses — também encontrou diversidade de povos nativos na América do Norte. Cogitou-se que essa miscelânea de culturas não poderia ter resultado em experiência colonizatória unívoca sobre um povo indígena amorfo.

Realmente, a experiência colonizatória foi plurívoca. Ela teve momentos de pura violência física sobre os povos ameríndios, mas também teve momentos de cooperação e de comércio. O intuito dominador europeu, a busca de propriedade fundiária dos ingleses e a luta pelo estabelecimento de enclaves cristãos tiveram momentos de avanços e de recuos. Em determinados momentos, os ingleses e seus herdeiros estadunidenses tiveram que propor tratados internacionais para evitar guerras bastante prejudiciais à experiência europeia. O

branco europeu, ainda, teve que buscar auxílio na rivalidade intra e intertribal para que tivesse melhores chances de êxito, uma vez que a pretensa superioridade técnica e moral geralmente não foi suficiente.

Sabemos que, ao final da história, os ameríndios do Norte foram reduzidos a números insignificantes, se postos em perspectiva. O golpe final foi a legislação estadunidense de reassentamento¹³ dos indígenas durante o século XIX. Sem embargo, essa fotografia que retrata o final feliz dos europeus esconde um longo processo de barganha e de reconhecimento: as resistências indígenas da América do Norte demandaram, por parte dos europeus, subterfúgios e sutilezas que podem escapar da vista dos discentes e dos interessados em História. Expor a heterogeneidade e a riqueza dos vencidos foi o objetivo desta redação.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the United States of America**. 2. ed. London: Penguin, 2001.

DAVIDSON, Janes West. **Uma Breve História dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: LP&PM, 2016.

DIVINE, Robert *et al.* **América: Passado e Presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

FERGUSON, Niall. **A Guerra do Mundo: a era de ódio na História**. São Paulo: Planeta, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1987.

GRANT, Susan-Mary. **Historia de los Estados Unidos de América**. Madrid: Akai, 2014.

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens aos séculos**. São Paulo: Contexto, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

LUEBERING, J. E. **Native American History**. New York: Britannica Educational Publishing/Rosen Educational Services, 2011.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARIES. **ETHNICITY**. Disponível em: oxfordlearnersdictionaries.com/definition/English/ethnicity?q=ethnicity. Acesso em: 24 out. 2020.

¹³ Um eufemismo para “expulsão em massa”.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A População da América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: América Latina Colonial. V. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 23-56.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimientos e Colonização**. São Paulo: Ática, 1987.

SUTTON, Mark Q. **An Introduction to Native North America**. 5. ed. New York: Routledge, 2017.

SYRETT, Harold C. (org). **Documentos Históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1980.